

COLEGIADA





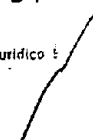

JUCESP PROTOCOLO
550165/02-



PANAMERICANO ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF 02.682.287/0001-02 - NIRE 35 3 00156935

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2.002**

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada aos 11 dias de novembro de 2002, às 8:00 horas, na sede social, localizada na Rua Marechal Deodoro nº 650, na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.
- 2. PRESENÇA:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.
- 3. MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Dr. Luiz Sebastião Sandoval - Presidente do Conselho de Administração, que convidou a mim, Rafael Palladino - Diretor Superintendente, para secretariá-lo.
- 4. ORDEM DO DIA:** (a) autorizar a emissão ("Emissão") pela Companhia, para distribuição pública em série única, de 15.000 (quinze mil) debêntures simples ("Debêntures"), nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), perfazendo o montante de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), na data de emissão; (b) autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as medidas cabíveis para efetivar a colocação pública dessas Debêntures, incluindo a prática dos atos necessários à assinatura da respectiva escritura de emissão, à contratação de instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de valores mobiliários como intermediadoras, à contratação do agente fiduciário, banco mandatário e escriturador, e agências de classificação de risco (*rating*),

  

Visto Jurídico

fixando-lhes os respectivos honorários, bem como ao registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competente e ao registro da Emissão perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e (c) outros assuntos correlatos e de interesse da Companhia.

5. DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue:

5.1 Autorizar a emissão de Debêntures pela Companhia, para distribuição pública, com as seguintes características:

(a) DATA DE EMISSÃO. Para todos os efeitos legais, a data de Emissão das Debêntures será 01 de dezembro de 2002 ("Data de Emissão");

(b) QUANTIDADE DE DEBÊNTURE E NÚMERO DE SÉRIES. Serão emitidas 15.000 (quinze mil) Debêntures simples, em série única;

(c) VALOR NOMINAL E MONTANTE DA EMISSÃO. O valor nominal unitário será de R\$10.000,00 (dez mil reais), perfazendo o montante total de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão;

(d) TIPO, CONVERSIBILIDADE, FORMA E ESPÉCIE. As Debêntures serão do tipo simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e da espécie subordinada. Não serão emitidos certificados, razão pela qual aos debenturistas servirá como comprovante de titularidade das Debêntures (i) o Relatório de Posição de Ativos da Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP"), solicitado pela Companhia, e emitido a qualquer tempo ou por ocasião do pagamento das obrigações decorrentes da Emissão; ou (ii) extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das





Debêntures contratada pela Companhia para esse fim, na hipótese de o debenturista não estar vinculado àquele sistema;

(e) PRAZO E DATA DE VENCIMENTO. As Debêntures terão prazo de 36 (trinta e seis) meses, a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 01 de dezembro de 2005 ("Data de Vencimento");

(f) PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO. O preço de subscrição será o valor nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração, conforme definição abaixo, acumulada desde a Data de Emissão até a data de integralização. A integralização das Debêntures deverá ser feita à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição;

(g) REMUNERAÇÃO. As Debêntures renderão juros correspondentes ao valor acumulado de 108% (cento e oito por cento) das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "Over Extra-Grupo" ("Taxas DI"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculadas e divulgadas pela CETIP, incidentes sobre o saldo do valor nominal das Debêntures, desde 01 de dezembro de 2002, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, assim entendido como o intervalo de tempo que (i) tem início (1) em 01 de dezembro de 2002, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou (2) na data prevista para pagamento dos juros relativos ao Período de Capitalização imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e (ii) tem fim na data prevista para o pagamento dos juros correspondentes ao Período de Capitalização em vigor ("Remuneração"). Para fins do disposto neste item, adotar-se-á o procedimento abaixo na ocorrência das seguintes hipóteses: (i) a utilização da Taxa de DI de um dia deverá considerar o número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo; (ii) na indisponibilidade temporária da Taxa de DI por prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, será utilizado automaticamente, em sua substituição, a última Taxa DI divulgada disponível, não cabendo, quando da divulgação e adoção da taxa devida, qualquer reembolso, tanto por parte dos debenturistas, quanto por parte da Companhia; (iii) na indisponibilidade temporária da Taxa de DI por



Visto Jurídico

prazo superior a 05 (cinco) dias úteis, será utilizado em sua substituição a Taxa Over Selic. Na extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa Over Selic em substituição à Taxa de DI, o Agente Fiduciário convocará Assembléia de Debenturistas exclusivamente para a definição, de comum acordo com a Companhia, do procedimento a ser adotado em relação à remuneração das Debêntures de forma que, além de se preservar o valor real das Debêntures, sejam elas remunerados nos mesmos níveis anteriores; e (iv) na extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa de DI às Debêntures, será utilizado em sua substituição a Taxa Over Selic. Na extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa Over Selic em substituição à Taxa de DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia de Debenturistas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data do evento que der causa à convocação, para deliberar, de comum acordo com a Companhia, a nova taxa de juros referencial de remuneração das Debêntures, de forma que, além de se preservar o valor real das Debêntures, sejam elas remunerados nos mesmos níveis anteriores. A fórmula de cálculo da Remuneração será a seguinte:

$$J = VN \times \left\{ \prod_{j=1}^N \left[\text{Taxa DI Diária}_j \times \left(\frac{\text{Fator Multiplicador}}{100} \right) + 1 \right] - 1 \right\}$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, em Reais

VN = saldo do valor nominal da Debênture no início do Período de Capitalização, em Reais.

$\prod_{j=1}^N$ = produtório de "N" termos;

Fator Multiplicador = 108;



Taxa DI Diária_j = Taxas médias diárias do DI de um dia, "Over Extra-Grupo", base 252 dias, na forma unitária, verificadas nos "N" dias entre a data de início, inclusive, e a data de término, exclusive, do Período de Capitalização, que serão obtidas de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Taxa DI Diária}_j = \left[\left(\frac{\text{Taxa DI}_j}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right], \text{ onde:}$$

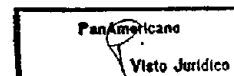


Taxa DI_j = Taxa média do DI de um dia, "Over Extra-Grupo", calculada e divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual, ao ano (ex.: 20 % ao ano ; Taxa DI_j = 20);

(h) PERIODICIDADE DO PAGAMENTO DOS JUROS. Os juros correspondentes a cada Período de Capitalização serão devidos semestralmente, vencendo-se o primeiro em 01 de junho de 2003 e o último, em 01 de dezembro de 2005;

(i) PAGAMENTO DO PRINCIPAL. O pagamento do valor nominal das Debêntures será efetuado em 01 de dezembro de 2005;

(j) LOCAL DO PAGAMENTO. Os pagamentos relacionados ao valor nominal e remuneração das Debêntures serão efetuados por meio da CETIP, instituição financeira contratada pela Companhia para esse fim, ou, ainda, na sede da Companhia, na hipótese de o debenturista não estar vinculado ao sistema da CETIP;

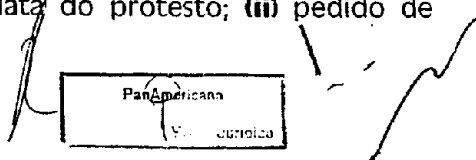
(k) PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS. O prazo para pagamento de qualquer obrigação relacionada às Debêntures será considerado prorrogado até o primeiro dia útil subsequente, na hipótese de o vencimento dessa obrigação coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na capital dos Estados de São Paulo. Nesse caso, não haverá nenhum acréscimo aos valores a serem pagos;



(II) AQUISIÇÃO FACULTATIVA. A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures que estejam em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal, acrescido da Remuneração, observado o disposto no Artigo 55 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada. As Debêntures adquiridas de forma antecipada poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas em circulação;

(III) REGASTE ANTECIPADO FACULTATIVO. As Debêntures poderão ser resgatadas, a critério da Companhia, mediante deliberação do seu Conselho de Administração e com aviso prévio de 15 (quinze) dias através de publicação de aviso aos debenturistas conforme previsto no Item "(s)", inclusive no que concerne às regras do sorteio. O resgate poderá ser total ou parcial, pelo seu valor nominal acrescido da Remuneração calculada até a data do efetivo resgate, e de prêmio incidente sobre o valor nominal acrescido da Remuneração, equivalente à alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, vigente na data do resgate. Na hipótese do resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser realizado na presença do Agente Fiduciário e com divulgação pela imprensa, de acordo com o disposto no Item "(s)". As Debêntures resgatadas nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Companhia.

(IV) VENCIMENTO ANTECIPADO. O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da Companhia relacionadas com as Debêntures, e exigir que essa proceda ao imediato pagamento do saldo devedor, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios devidos em razão da ocorrência dos seguintes eventos: **(i)** protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia ou da Silvio Santos Participações S.C. Ltda. , em montante superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), não sanado em 30 (trinta) dias contados a partir da data do protesto; **(ii)** pedido de

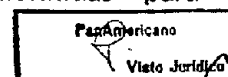


PanAmericano
S. C. Ltda.

concordata preventiva formulado pela Companhia ou da Silvio Santos Participações S.C. Ltda.; (iii) liquidação ou declaração de falência da Companhia ou da Silvio Santos Participações S.C. Ltda.; (iv) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação relacionada com as Debêntures, que perdure por mais de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito do Agente Fiduciário; (v) vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia, que não as decorrentes das Debêntures, em razão de inadimplência contratual, em montante superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), que possa, de qualquer forma, prejudicar o cumprimento das obrigações relacionadas com as Debêntures; e (vi) alteração substancial no controle da Companhia e/ou Silvio Santos Participações S.C. Ltda.. Para os fins do disposto neste item, "alteração substancial no controle" significa qualquer alteração no controle da Companhia e/ou Silvio Santos Participações S.C. Ltda. interveniente que resulte, de forma direta e indireta, (i) na perda do controle indireto da Companhia pela Silvio Santos Participações S.C. Ltda., exceto em caso de reorganização societária do grupo, ou (ii) na perda do controle da Silvio Santos Participações S.C. Ltda. pelo Sr. Senhor Abravanel;

(o) ENCARGOS MORATÓRIOS. Caso a Companhia deixe de efetuar, nas datas devidas, o pagamento de qualquer obrigação pecuniária relacionada com as Debêntures, essa deverá pagar, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, multa moratória de 10% (dez por cento), e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data do respectivo inadimplemento até a data de efetivo pagamento, além dos valores devidos e não pagos e da Remuneração;

(p) DECADÊNCIA DOS DIREITOS DE ACRÉSCIMO. Desde que não haja impontualidade pela Companhia no pagamento de qualquer obrigação pecuniária relacionada com as Debêntures, o não comparecimento dos debenturistas nas datas definidas para



10053

117302

recebimento dos valores devidos em razão das Debêntures não lhes dará o direito ao recebimento de qualquer quantia relacionada ao atraso nesse recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento;

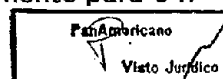
(q) GARANTIAS ADICIONAIS. As Debêntures contarão com garantia adicional, consistente de fiança a ser outorgada pela Silvio Santos Participações S.C. Ltda., que deverá ser solidariamente responsável com a Companhia pelas obrigações que essa vier a assumir em razão das emissão de Debêntures, constituída nos termos da Escritura de Emissão, renunciando a Silvio Santos Participações S.C. Ltda. aos benefícios previstos nos Artigos 1.491, 1.498, 1.499, 1.500, 1502, 1.503 e 1504 do Código Civil Brasileiro, Artigos 261 e 262 do Código Comercial Brasileiro e Artigo 595 do Código de Processo Civil Brasileiro;

(r) NEGOCIAÇÃO. As Debêntures serão negociadas junto ao Sistema Nacional de Debêntures - SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto - ANDIMA e operacionalizado pela CETIP;

(s) PUBLICIDADE. Todos os atos e decisões relacionados com as Debêntures, que, de qualquer forma, envolverem interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de "Aviso aos Debenturistas", na edição nacional do jornal Diário Comércio e Indústria;

(t) PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO. As Debêntures serão distribuídas publicamente, mediante procedimento diferenciado previsto no Artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80. Não haverá reservas antecipadas, nem a fixação de lotes máximos ou mínimos e não será constituído fundo de manutenção de liquidez para as Debêntures;

(u) DESTINAÇÃO DOS RECURSOS. Os recursos obtidos com a emissão de Debêntures serão utilizados pela Companhia exclusivamente para o fi-



11/11/2002

11/11/2002

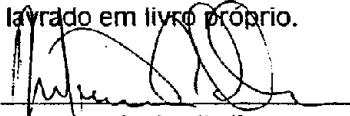
nanciamento das suas operações de arrendamento mercantil de veículos novos e usados.

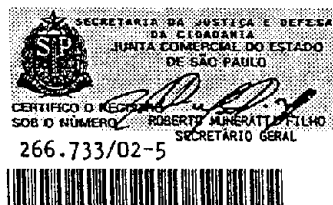
5.2 Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as medidas cabíveis para efetivar a colocação/Distribuição Pública dessas Debêntures, incluindo a prática dos atos necessários à assinatura da respectiva escritura de emissão, à contratação de instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de valores mobiliários como intermediadoras, à contratação do agente fiduciário, do banco mandatário e escriturador, e agências de classificação de risco (*rating*), fixando-lhes os respectivos honorários, bem como ao registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competente e ao registro da Emissão perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 11 de novembro de 2002. Luiz Sebastião Sandoval – Presidente da Mesa e do Conselho de Administração. Rafael Palladino – Secretário. Luiz Sebastião Sandoval; Rafael Palladino e Henrique Abravanel MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

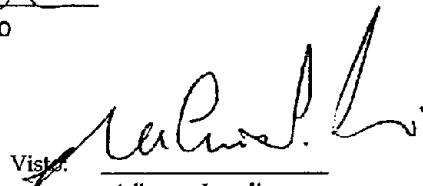


Confere com o original,
lavrado em livro próprio.


Rafael Palladino
Secretário



JUCESP

Visto. 
Adhemar Iervolino
OAB/SP nº 17.763